

RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.543 - RS (2015/0114951-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : MÁRCIA PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - RS030662
RECORRIDO : BARROCO INDÚSTRIA DE ORNAMENTOS LTDA
RECORRIDO : RENEE CATALINA FERRON DE TERMIGNONI
RECORRIDO : JORGE LUIZ TERMIGNONI
ADVOGADOS : LAURO TISCHER - RS031068
BERENICE TISCHER E OUTRO(S) - RS34E237

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO BRADESCO S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Nas razões do nobre apelo, o recorrente discute a legalidade da capitalização mensal de juros.

É o relatório.

Decido.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca da possibilidade de cobrança da capitalização mensal de juros com base no art. 5º da Medida Provisória n. 2.170-36/2001, no julgamento, nos moldes do rito dos recursos repetitivos, do REsp n. 973.827/RS, vinculado aos Temas n. 246 e 247, nos termos do acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa

efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

- "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

(...)

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido. (Relator Ministro Luis Felipe Salomão, relatora para o acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 24/9/2012.)

Na espécie, o Tribunal de origem decidiu de acordo com essa orientação ao proibir a capitalização mensal dos juros em razão da ausência de demonstração da sua pactuação (fls. 271/274).

Por fim, a pretensão recursal não encontra amparo na jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, uma vez que, conforme acima transcrito, "a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da **taxa efetiva anual contratada**".

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Deixo de majorar os honorários advocatícios nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente